

Três desafios e a opção nacional

RENATO TICOULAT FILHO

A crise brasileira está amarrada por três questões que desafiam nossa inteligência e o espírito de luta de nosso povo. A primeira questão é a da discriminação internacional do comércio contra os produtos brasileiros, principalmente os da agropecuária. A segunda questão é paralela: do contencioso da dívida externa e de relações com nossos parceiros externos, especialmente os Estados Unidos. A terceira questão é a opção brasileira por um plano consistente e articulado de desenvolvimento. São questões interligadas. Buscarei repassá-las de modo objetivo.

A evolução recente do comércio mundial tem causado sérios transtornos à vida dos países menos desenvolvidos, particularmente em termos de agricultura. O artificialismo econômico é patente. Nos Estados Unidos o brutal subsídio recebido pelos produtores rurais chega a mais de US\$ 30 bilhões por ano. Na Comunidade Econômica Européia, este subsídio consome um volume equivalente a 3,4% de todo o orçamento da CEE. Os empregos artificialmente mantidos nesses países são protegidos à custa da destruição de oportunidades de trabalho em áreas menos desenvolvidas, como o Brasil. A crise dos mercados mundiais foi internalizada em nosso país. Nesta década, os preços reais das commodities já acumularam uma queda de 36%. Consequência: nesse período, o valor da produção agrícola num Estado como São Paulo caiu 57%.

É forçoso reconhecer que as camadas mais pobres da nossa população vêm arcando com a conta dos subsídios internos mantidos na economia das nações ricas. Não somos só nós que entendemos assim. São também estudos insuspeitos como a recente pesquisa do Swiss Bank. Essa situação é insustentável do ponto de vista econômico, social e político. É insustentável pelo impedimento que exerce sobre as nossas possibilidades de desenvolvimento, a única trilha que levará o Brasil a honrar a sua dívida com os credores internacionais e a dívida social, justamente a mais grave, hipotecada junto à nossa população carente. Seus efeitos não se limitam aos campos econômico e social, mas se espraiam com reflexos sobre o sistema político, afetando a nossa ainda débil democracia, que mais do que nunca deve ser resguardada de convulsões indesejadas.

A chave da solução desse quebra-cabeça mundial está na supressão dos artificialismos. Os mercados mundiais não podem permanecer presos aos grilhões da ineficiência econômica, com o mundo assistindo a uma crescente e atroz revogação do princípio das vantagens comparativas. O capitalismo internacional não pode insistir em caminhar na enganosa direção de uma grande reserva de mercado e de oportunidades.

A reserva de mercado é um campo minado por onde tentam caminhar as forças dinâmicas da produção. Vista de um modo abrangente, a reserva de mercado não interessa aos macroobjetivos de progresso e desenvolvimento das nações. Também temos nossa parcela de responsabilidade na melhoria do quadro atual. Estima-se que os Estados Unidos estão perdendo uma receita apreciável de dólares com a reserva brasileira de mercado na área de informática. Mas estudo recente do International Food Policy Research Institute mostra que outra reserva de mercado — a agrícola — nos prejudica, pois resulta numa diminuição de 15 bilhões de dólares no comércio mundial de produtos agrícolas, dos quais cerca de 6 bilhões de dólares, em receita cambial, perdidos pelos países latino-americanos, entre os quais o Brasil. Dentro dessa perspectiva, é fundamental apoiarmos a postura adotada por instituições como o Banco Mundial, que vêm na liberação dos mercados a oxigenação necessária ao sistema econômico internacional.

Os fatos econômicos e políticos recentes criam um cenário de contencioso entre Brasil e Estados Unidos. Ao Brasil, a oitava economia do mundo ocidental, resta, diante do dilema da dívida externa, ampliar o seu coeficiente de abertura ao Exterior, buscando melhorar ainda mais a sua posição de terceiro melhor saldo comercial em termos mundiais. O Brasil vai continuar disputando com os Estados Unidos nos mercados agropecuários. Não podemos abrir mão desta sadia concorrência, pois nosso país reúne condições de adequada competitividade pela sua eficiência econômica nos processos de produção de produtos de origem animal e grãos, dentre outros itens de alimentação e bebidas. A ocupação de uma maior parcela do comércio mundial é pré-condição para que o Brasil encaminhe uma solução consistente de seu endividamento. Mas, para tanto, é fundamental que os mais desenvolvidos abdicuem de suas velhas práticas mercantilistas que hoje tolhem o nosso desenvolvimento.

O cenário é de contencioso no campo

econômico, mas não pode ser de divergência no campo filosófico: Estados Unidos e Brasil foram beber na mesma fonte os seus ideais de liberdade. Os Founding Fathers da nação norte-americana construíram seus alicerces nas mesmas crenças libertárias que empurraram para o martírio nossos inconfidentes mineiros. Na Paz e na Guerra, desde então, estas duas nações têm lutado sempre do mesmo lado, pelos mesmos ideais. Ninguém destrói facilmente uma relação plantada na história. Nosso país seguirá sendo ocidental, democrático e liberal. Esta é uma grande janela de aproximação com os E.U.A.

A colaboração dos nossos tradicionais parceiros tem sido escassa de mais. Nesta área é preciso recuperar, rápido, o tempo perdido. Mas, reconheço: o contencioso externo jamais será superado enquanto o Brasil não tiver galvanizado a opinião nacional em torno de um plano articulado de superação da sua crise interna, como a CEDES vem propondo desde o período conturbado de 1983. Se não desajamos o monitoramento do Fundo Monetário Internacional, então é preciso buscar um outro interlocutor, e este é o Banco Mundial, cujas teses desenvolvimentistas coincidem com os interesses do nosso país. O Banco Mundial hoje acena ao Brasil com recursos novos — talvez superiores a 2,5 bilhões de dólares — capazes de alavancar uma bateria de investimentos pesados ainda em 1987, facilitando a execução de um Plano Nacional de Desenvolvimento, uma vez adequados os seus objetivos e metas às necessidades de ampliação e melhoria da infra-estrutura econômica do País.

A dívida de longo prazo tem solução desde que transformável em títulos de maturação longa, negociáveis nos mercados secundários e, paralelamente, a sua conversão parcial em capital de risco, que poderia atingir rapidamente US\$ 20 bilhões, se o clima interno se tornar confiável aos investidores externos.

No plano econômico interno, cresce a convicção em torno de algumas linhas centrais de política: não basta dar independência operacional ao Banco Central, nem só fortalecer os mecanismos de controle das estatais. É necessário também consolidar e renegociar as dívidas estatais, dar independência aos seus quadros técnicos de gerência e organizar a sua eventual privatização. O mercado de capitais brasileiro deve crescer livre de cerceamentos e ser fortalecido

através do incentivo aos fundos de poupança de risco. A empresa privada também deve dar sua cota de contribuição no combate à inflação: os setores não competitivos devem ser submetidos ao estímulo da concorrência aberta.

Agora uma palavra sobre o social. No Brasil, o social é barato. Cara, é a máquina burocrática de ação social. Cálculos oficiais indicam que 70 a 80% dos recursos são desperdiçados no longo caminho entre a fonte de recursos e os seus destinatários. A solução desse problema está evidente: é preciso desmontar o atual sistema de subsídios, verdadeira máquina de perpetuação de privilégios que distorce a pirâmide social brasileira contra os segmentos dinâmicos da sociedade — assalariados em geral — para favorecer setores ineficientes e castas de protegidos. Os recursos então economizados com a supressão dessa máquina de ineficiência e de inflação seriam canalizados para o saneamento do passivo estatal, para o financiamento de investimentos produtivos e, principalmente, para o financiamento de uma ação social direta junto à classe mais pobre, a base da pirâmide social.

Uma reorientação radical dos subsídios acompanhada de profunda reforma tributária são os alicerces da sociedade moderna e justa que desejamos. Tal reforma tributária teria que descentralizar recursos aos Estados e municípios e redefinir a carga de impostos indiretos e reduzir — sim, reduzir, o imposto sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas, tal como se fez recentemente nos EUA. Essa verdadeira revolução liberal — tenho certeza — elevaria significativamente a taxa de poupança nacional, permitindo maior geração de empregos.

A doutrina do intervencionismo estatal é filha do período autoritário — marca da nossa vivência política desde as décadas de Vargas. Esse modelo está esgotado. Já funcionou; não funciona mais.

O Estado que pretende governar tudo, não governa nada. Perde-se. O planejamento econômico deve ser indicativo e democrático, flexível em sua gestão, mas firme e claro em seus objetivos maiores. Dentre estes, deve estar a opção em favor de um desenvolvimento pela via do moderno capitalismo social. Esta é a única convicção realmente progressista e capaz de fazer ancorar suavemente nosso país na lista das nações desenvolvidas do século XXI.

O autor é presidente da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais.